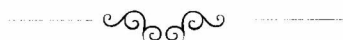




REGISTROS BIOGRÁFICOS



Um Coronel do Império: monarquistas, honra e reformismo na Velha República, 1889-1914

LICÍNIO NUNES DE MIRANDA*

Resumo

A atuação dos monarquistas cearenses na República Velha (1889-1930) tem sido negligenciada pela historiografia, devido a perspectiva de que as forças políticas e sociais eram motivadas pelo conflito de classes, e não por ideologia. Entretanto, os monarquistas foram um elemento crucial na oposição ao regime liderado por Antônio Pinto Nogueira Acioli, cujo poder se baseava no apoio mútuo dos coronéis, chefes políticos locais que mantinham influência política através de clientelismo, fraudes, corrupção e violência. Apesar dos obstáculos, os monarquistas, aliados a outros grupos, como operários, ativistas católicos e mulheres, eventualmente puseram fim ao domínio de Acioli (1912), e participaram do breve governo Franco Rabelo (1912-1914), até serem removidos pela Sedição de Juazeiro (1913-1914), revolta reacionária liderada pelo padre Cícero Romão Batista.

Enquanto estiveram no governo, os monarquistas buscaram implementar um projeto reformista ambicioso, com o fim de modernizar o Ceará e limitar o poder abusivo dos coronéis. A expansão do ensino público, a reforma de eleições para coibir fraudes, e o empenho contra o banditismo estavam inclusos em seus objetivos. O principal argumento deste artigo é que os monarquistas tiveram um papel central na política

* Mestre em Estudos Latino-Americanos, com especialização em História, e doutorando em História pela Universidade da Flórida nos Estados Unidos da América. Agradeço ao meu irmão Antônio Nunes de Miranda Filho, ao primo Wander Nunes Frota, e aos amigos Dr. Eurípedes Chaves Júnior, Marcelo Henrique Feitosa Marcelino e Alan Philipe da Silveira pelas revisões do texto e sugestões para sua melhoria. Sou grato também a Ivanice Montezuma de Carvalho Pinheiro pelo apoio durante a pesquisa.

cearense durante as primeiras décadas republicanas, incluindo nos eventos supracitados. O segundo argumento é que a ideologia foi importante para suas motivações, havendo também uma plataforma política. Para compreender o movimento monarquista no Ceará, este artigo terá cunho biográfico e dará ênfase a Licínio Nunes de Melo (1849-1924), coronel, proprietário de terras e um dos monarquistas mais atuantes. Utilizando fontes primárias inéditas, a sua vida será estudada para identificar a relevância que a origem familiar, formação intelectual, conceito de valores, carreira profissional, e relacionamentos pessoais tiveram nos acontecimentos políticos contemporâneos.

Introdução

Em 9 de novembro de 1909, trinta monarquistas se reuniram na sede da Associação Comercial, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará, para a fundação de um partido, elegendo a sua diretoria. Quase vinte anos haviam se passado, desde o golpe de estado que derrubou a monarquia no Brasil e que exilou o imperador Dom Pedro II. Seus descendentes viviam no exílio na França, sem perspectiva de retorno. Uma república descentralizada se ergueu sobre as ruínas do império e aparentou-se estar consolidada após ter aniquilado revoltas que buscavam o seu fim. As antigas províncias do império, agora estados, eram dominadas por partidos regionais e por uma elite que, em sua maior parte, buscava acomodamento e conciliação quanto à situação prevalente. Corrupção, fraudes eleitorais, violência e cooptação impossibilitaram a alternância de poder, mantendo determinados grupos — chamados de “oligarquias” pela oposição consentida — no controle de estados e municípios. No Ceará não era diferente. Havia quinze anos que Antônio Pinto Nogueira Acioli (1840-1921) dominava o estado, diretamente como presidente e indiretamente por prepostos eleitos com o intento de manter o seu grupo político no poder.²

2 PESSOA, José Getúlio da. **O olygarcha do Ceará**: a chronica de um despota. Rio de Janeiro: Typographia Jornal do Commercio de Rodrigues & C., 1910. p. 197-208; SOARES, Martins. **O Babaquara**: Subsídios para a história da oligarchia do Ceará. Rio de Janeiro: [s.n.], 1912. p. 6-13; DELLA CAVA, Ralph. **Miracle at Joazeiro**. New York: Columbia University Press, 1970. p. 93-95; CHANDLER, Billy Jaynes. **The Feitosas and the Sertão dos Inhamuns**: The History of a Family and a Community in Northeast Brazil, 1700-1930. Gainesville: University of Florida Press, 1972. p. 106-107; RACHUN, Ilan. **The**

Ainda assim, os monarquistas cearenses acreditavam na possibilidade de sucesso onde outras oposições haviam falhado. Sua confiança não era desmedida e nem desproposita. Em 1912, mais de vinte anos após o falecimento do antigo imperador, ainda era comum que sertanejos cearenses, ao verem o seu retrato, retirassem os chapéus de couro em sinal de respeito.³ Um contemporâneo alegou que “o povo cearense tem verdadeira veneração” pelo monarca.⁴ É forçoso reconhecer que a admiração por sua figura, ainda que ampla, não resultaria necessariamente em ativismo político em favor da restauração da monarquia. Entretanto, aquele pequeno grupo de monarquistas na capital atuaria por tal objetivo, e eventualmente, sendo bem-sucedido a ponto de derrubar Acioli e seu regime, tomando o poder como parte de uma coalizão heterogênea composta de operários, ativistas católicos, estudantes, comerciantes, mulheres, e outros grupos. Os monarquistas não eram movidos por um espírito reacionário e sua intenção não era restaurar o império tal como fora, mas sim recriá-lo atendendo a demandas políticas e sociais então vigentes. Uma vez no governo, os monarquistas tentariam coibir a influência das “oligarquias”, combater o banditismo endêmico, reformar as eleições para evitar fraudes e expandir o ensino público, como será visto.

A historiografia sobre o curto período em que os monarquistas tiveram controle do governo estadual (1912-1914) é vasta e abrangente, geralmente abordando a queda de Acioli em 1912, a subsequente reação do padre Cícero Romão Batista (1844-1934) em 1914, ou o fenômeno político-social do “coronelismo”, que serviu como base de sustentação ao regime decaído.⁵ De acordo com o historiador Ralph Della Cava, Acioli “conferiu

Dismantling of Brazil's Old Republic: Early Twentieth Century Change, Intergenerational Cleavages, and the October 1930 Revolution. Lanham: University Press of America, 2016. p. 23.

3 BARROSO, Gustavo. **Terra de Sol**. 8. ed. Fortaleza: ABC Editora, 2006. p. 148.

4 O IMPERADOR e os cearenses: apontamentos para a história do monumento de D. Pedro II, colígidos e publicados pela Comissão Executiva. Fortaleza: A. C. Mendes, [1914]. p. 12.

5 Cf. DELLA CAVA, Ralph. **Miracle at Joazeiro**. New York: Columbia University Press, 1970; CHANDLER, Billy Jaynes. **The Feitosas and the Sertão dos Inhamuns: The History of a Family and a Community in Northeast Brazil, 1700-1930**. Gainesville: University of Florida Press, 1972; GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1962; MONTENEGRO, Abelardo F. **Os partidos políticos do Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 1980; BARROSO, José Parsifal. **Uma**

aos coronéis locais, ou chefes políticos, controle completo sobre o governo municipal [...] Em troca, exigia apoio eleitoral e solidariedade partidária.”⁶ Ele continua: “Tal sistema, conhecido pelo nome de coronelismo, preconizava que o poder político no interior era uma prerrogativa tradicional dos grandes proprietários rurais — os fazendeiros.”⁷ Contudo, o monarquismo de figuras-chave e o papel essencial dos monarquistas nesse período crítico da história cearense têm sido ignorados. Aliás, alguns historiadores até mesmo rejeitam a existência de ideologia ou de plataforma política nos partidos e facções políticas durante a República Velha (1889-1930).⁸

A respeito da oposição a Acioli, o historiador Airton de Farias alega que “tais indivíduos objetivavam unicamente derrubar a oligarquia monolítica dominante para impor uma própria. Não visavam, em nenhum momento, mudar as estruturas socioeconômicas do estado, uma vez que estas lhe garantiam privilégios.”⁹ Entretanto, os monarquistas cearenses tinham ideais e projetos de governo com o fim de modernizar o Ceará, como mencionado anteriormente. O fato de estarem alienados do poder e, consequentemente, de fontes de clientelismo não são explicações suficientes, ainda que tenham sido elementos influenciadores. Se deve levar em conta também a possibilidade de que acreditavam de fato que a monarquia constitucional era uma forma de governo melhor, e que reformas modernizantes seriam necessárias para atenuar, se não eliminar, problemas políticos, sociais e econômicos prevalentes no território cearense.

história da política do Ceará: 1889-1954. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1984; GALVÃO FILHO, Francisco. **Do coronelismo ao Caldeirão**. Fortaleza: ABC Editoria, 2006; SOUSA, Simone de (org.). **Uma nova história do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007; FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. 7. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015; RACHUN, Ilan. **The Dismantling of Brazil's Old Republic: Early Twentieth Century change, Intergenerational cleavages, and the October 1930 Revolution**. Lanham: University Press of America, 2016. Em nenhum destes estudos é reconhecida a existência de monarquistas na política cearense no pós-1889.

6 DELLA CAVA, 1970, p. 93-94.

7 Ibid.

8 CHANDLER, 1972, p. 56; DELLA CAVA, 1970, p. 106, 136, 202; RACHUN, 2016, p. 23.

9 FARIAS, 2015, p. 299.

Para compreender o desenvolvimento do monarquismo no Ceará republicano, assim como a motivação e os propósitos modernizantes dos indivíduos que fizeram parte dele, e a aliança com grupos diversos em oposição ao regime de Acioli, este artigo tratará de um dos membros da diretoria do partido monarquista: Licínio Nunes de Melo (1849-1924).¹⁰ Segundo o historiador Carlo Ginzburg, “qualquer estrutura social é resultado de interação e de numerosas estratégias individuais, uma fábrica que só pode ser reconstituída somente por observação próxima”.¹¹ Portanto, ao analisar a vida de um indivíduo, é possível entender as ideias, decisões e objetivos não somente dele próprio, como também das pessoas relacionadas a ele. A escolha de Licínio como objeto de estudo biográfico parece ser inusitada, por se tratar de uma figura esquecida. Contudo, ele se revela o alvo ideal por ter sido um coronel, fazendeiro, membro de uma influente família cearense, e ter participado, em menor ou maior grau, dos principais eventos históricos do Ceará de 1881 até 1914. A abundância de fontes primárias, preservadas por seus descendentes, é um outro motivo a ser considerado.¹²

Para alguém com a condição social de Licínio, “as possibilidades na vida eram circunscritas por sua posição numa família, pela posição daquela família na hierarquia político-econômica da região, e pela posição dessa região em face das economias brasileira e atlântica”.¹³ A sua atuação, além de relações familiares, influíram na posição que alcançou na sociedade cearense. Se deve ressaltar que “de acordo com a ideologia da classe senhorial, paternalismo, honra e riqueza garantiam a alguns homens o gozo de direitos políticos e asseguravam tratamentos privilegiados, até mesmo de representantes do estado”.¹⁴ O seu abolicionismo, apoio a reformas

10 É o trisavô do autor. Este artigo não tem propósito hagiográfico, como ocorre em estudos semelhantes realizados por descendentes dos biografados.

11 GINZBURG, Carlo. **Threads and Traces**: True false fictive. Tradução: Anne C. Tedeschi e John Tedeschi. Berkeley. University of California Press, 2012. p. 213. Ele se refere ao desenvolvimento da micro história na historiografia italiana e das ideias relacionadas, mas a assertiva se aplica ao objetivo deste artigo, quanto à importância de se analisar indivíduos a nível local para entender eventos históricos.

12 Apesar de inúmeras tentativas, não foi possível encontrar documentos com os descendentes da diretoria do partido monarquista.

13 NEEDELL, Jeffrey D. **A tropical Belle Epoque**: Elite Culture and Society in Turn-of-the-Century Rio de Janeiro. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 116.

14 SANTOS, Martha S. **Cleansing Honor with Blood**: Masculinity, Violence, and Power in the Backlands of Northeast Brazil, 1845-1889. Stanford: Stanford University Press, 2012.

modernizantes e oposição à “oligarquia” foram contrários aos interesses de seu grupo social e lhe custaram caro em alguns momentos. É possível que os seus valores, conceito de honra e apego à monarquia tenham contribuído em suas decisões, merecendo, portanto, ser analisados. O principal objetivo deste estudo, ou sua base argumentativa, é demonstrar que os monarquistas tiveram um papel essencial na queda de Acioli e no curto governo que se seguiu. O argumento secundário é que tinham ideologia e plataforma política bem definidas, cujo fim seria a modernização do Ceará. Para tanto, a vida de Licínio será esmiuçada, analisando sua origem familiar, formação intelectual, valores, carreira profissional, relacionamentos pessoais e envolvimento nos acontecimentos políticos de sua época.

Origem e formação intelectual

Licínio Nunes de Melo nasceu em 30 de abril de 1849, em Fortaleza, capital da então província do Ceará, sendo filho de Manuel Nunes de Melo (1822-1879) e de Maria Paulina da Cunha Nunes (1816-1883).¹⁵ Sua família, de cor branca, era parte da elite local, com parentela que se estendia por municípios próximos a Fortaleza, e até mesmo outros mais distantes. Os Nunes de Melo eram burocratas, comerciantes, políticos e proprietários rurais na capital cearense, incluindo seus distritos (e antigas vilas indígenas) de Arronches (atual Parangaba) e Messejana, assim como nos municípios de Soure (atual Caucaia) e Maranguape. Manuel era funcionário público de carreira, filiado ao Partido Liberal e possuía terras agrícolas em Messejana. A seu respeito, o historiador e contemporâneo Barão de Studart afirmou que era “de uma memória prodigiosa e um repertório vivo das leis da fazenda e da Província, sendo

p. 7.

- 15 ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA (CE). Freguesia de São José de Fortaleza. **Livro de batizados (1848-1851)**. Registro em: [18--]. Registrado às fls. 209v do v. 25. Não se sabe a razão do nome português “Licínio”, de origem latina. Até então, a família escolhera nomes que homenageassem parentes, como pais e avós. É provável que, neste caso, tenha se referido a Licinius (c. 265-325), primeiro imperador cristão de Roma, pois outros membros da família Nunes de Melo, nascidos na mesma época, receberam os nomes de figuras reais ou mitológicas da antiguidade, como Tito, Augusto, Justiniano, Narciso, Virgílio e Viriato. Trata-se aparentemente de mero modismo.

considerado o melhor consultor em negócios da administração pública.”¹⁶ Além disto, era “cronista consciencioso e conhecia os fatos antigos do Ceará e principalmente a genealogia das famílias cearenses.”¹⁷ Seu irmão, José Nunes de Melo (1823-1882), era oficial da ordem da Rosa e filiado ao Partido Conservador, tendo a patente de coronel da Guarda Nacional e servido como comandante do corpo policial e deputado provincial por várias legislaturas.¹⁸ O pai de ambos, também chamado Manuel Nunes de Melo (1789-1839), era comerciante proveniente da Ilha do Pico, no arquipélago dos Açores e se envolvera nos principais acontecimentos políticos no Ceará do começo do século XIX.¹⁹

Além da participação em momentos significativos da política cearense, um outro fator que possibilitou a rápida ascensão social da família em apenas duas gerações se deve ao casamento com mulheres da elite local. Segundo o historiador Jeffrey D. Needell, o principal elemento considerado num casamento era a “melhoria ou conservação da posição da família e de oportunidade”.²⁰ O avô de Licínio se casou no Recife com Paula Maria de Jesus (c. 1799-1863), única herdeira de um casal pertencente às antigas famílias Sá e Vasconcelos de Pernambuco.²¹ O pai de Licínio contraiu matrimônio com Maria Paulina, viúva e com filhos pequenos, mas proveniente de uma das mais antigas e influentes famílias do nordeste brasileiro. Dela pouco se sabe, apenas que tinha alguma educação, pois sabia ler e escrever.²² Seu pai era João da Cunha Pereira (c. 1785-c. 1865), último diretor dos índios de Messejana, além de juiz,

16 STUDART, Guilherme Chambly. **Dicionário bio-bibliográfico cearense**. Fortaleza: Typo-Lithographia a Vapor, 1913. v. 2. p. 262-263.

17 Ibid.

18 Ibid., p. 176-177.

19 Sua assinatura consta na ata de reconhecimento da independência de Portugal e de juramento a Dom Pedro I (1822), na fundação da Confederação do Equador (1824), do qual parece ter sido um participante hesitante, de uma segunda ata de juramento ao primeiro imperador (1824) e da ata de juramento a Dom Pedro II (1831).

20 NEEDELL, 1986, p. 122.

21 ARQUIDIOCESE DO RECIFE (PE). Freguesia do Santíssimo Sacramento do Recife. **Livro de casamentos (1815-1828)**. Registro em: [18--]. Registrado às fls. 70 do v. 4.

22 Cf. PARTILHA amigável dos bens deixados por Manoel Nunes de Mello. Fundo Cartório de órfãos de Fortaleza, caixa 1, processo n. 33, f. 2. (Arquivo Público do Estado do Ceará, Fortaleza). 1879.

subdelegado e vereador na mesma localidade.²³ Através dele e de sua esposa, Rosa Marciliana da Cunha Lage (c. 1790-c. 1870), Maria Paulina descendia “dos famosos Cunha Pereira, fidalgos portugueses estabelecidos no final do século XVII no Boqueirão-de-baixo, no Jaguaribe” (interior do Ceará).²⁴ Seus demais antepassados também foram fidalgos, assim como senhores de engenho, membros de câmaras municipais locais e combateram os holandeses em Pernambuco no século XVII.²⁵

Como membro da elite fortalezense, Licínio recebeu uma educação apropriada para sua posição. Não se sabe como foi alfabetizado, se por algum parente, ou por algum dos professores de primeiras letras da capital. Foi aluno do Ateneu Cearense, colégio particular fundado em 1863, que se tornou a opção preferencial dos membros da elite para educarem seus filhos, frente à decadência do Liceu do Ceará.²⁶ Um contemporâneo e, posteriormente, ilustre educador em Fortaleza, afirmou: “a vida pública dum homem começa no seu colégio, primeiro contato dele com seus iguais sem a fiscalização direta de seus pais.”²⁷ É na escola onde amizades e rivalidades se iniciam, muitas vezes perdurando vidas inteiras, e moldando o caráter e ações de indivíduos. Inúmeros foram os estudantes do Ateneu

23 Gustavo Barroso e o Barão de Studart afirma que João foi capitão-mor de Messejana, quando ainda era município (hoje distrito de Fortaleza). Cf. BARROSO, Gustavo. **Memórias: coração de menino**. 3. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 2000. v. 1. p. 26; STUDART, 1913, p. 261. O que é incorreto. Sendo homem branco, não poderia ocupar uma posição destinada a um indígena numa vila de índios.

24 STUDART, Guilherme Chambly. **Dicionário bio-bibliographico cearense**. Fortaleza: Typographia Minerva de Assis Bezerra, 1915. v. 3. p. 247.

25 Licínio era trineto de José da Silva Baima e de Quitéria da Costa Gadelha (filha Jorge da Costa Gadelha, mestre de campo de auxiliares), cuja ascendência é descrita por Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca (1718-1786), assim como o da família Cunha Pereira. Cf. FONSECA, Antônio José Vitoriano Borges da. **Nobiliarchia pernambucana. Annaes da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 48, p. 67-77, 91-92, 231-232, 258-260, 1926. Para a ligação entre Licínio e as pessoas citadas, cf. ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA (CE). Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Fortaleza. **Livro de casamentos (1796-1839)**. Registro em: [18--]. Registrado às fls. 84v, 141 - 141v do v. 1.; ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA (CE). Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Fortaleza. **Livro de batizados (1788-1799)**. Registro em: [17--]. Registrado às fls. 68v. do v. 1.; DIOCESE DE LIMOEIRO (CE). Freguesia de Nossa Senhora do Rosário das Russas. **Livro de batizados (1760-1799)**. Registro em: [17--]. Registrado às fls. 57v-58 do v. 6.

26 STUDART, 1913, p. 261. Para a concorrência com o Liceu e a aparente decadência deste, cf. ATENEU cearense. **Cearense**, Fortaleza, p. 1, 14 out. 1864. Parte Oficial.

27 BARROSO, 2000, v.1, p. 44. Se trata do professor Lino de Sousa da Encarnação.

que posteriormente tiveram relevo na vida pública do Ceará (e até mesmo do Brasil), e cujos caminhos cruzaram com os de Licínio na vida adulta.²⁸

O Ateneu Cearense ofertava disciplinas de alfabetização, catecismo da religião católica, gramática, francês, inglês, latim, geografia, história, aritmética, álgebra, geometria, filosofia e retórica.²⁹ O diretor do colégio, João de Araújo Costa Mendes (1833-1874), e seu irmão Manuel Teófilo da Costa Mendes (1841-1891), nas palavras deste, procuraram incutir nos alunos valores de religião e civilização.³⁰ Era, portanto, uma educação eurocêntrica e também “humanista, conservadora, e católica”, nos moldes dos *lycées* (liceus) da França, então principal modelo intelectual e cultural do Brasil.³¹ Entretanto, talvez a maior influência que o Ateneu tenha causado na formação moral de seus alunos tenha sido em relação à escravidão. Anualmente, na celebração da independência do Brasil no colégio, o diretor e seu irmão convenciam proprietários de escravos a concederem a manumissão de crianças escravizadas, em nome dos estudantes do Ateneu.³² Talvez o fizessem com o intento de causar o maior impacto psicológico em seus estudantes (e, conseqüentemente, aversão à escravidão), ao verem crianças da sua idade em situação completamente distinta da deles.³³ Parecem ter sido bem sucedidos, pois vários dos

28 Para citar somente alguns: João Capistrano de Abreu, Guilherme Studart (Barão de Studart), Tomás Pompeu de Sousa Brasil, José Lino da Justa, Dom Antônio Xisto Albano (bispo do Maranhão), Frederico Augusto Borges, Alfredo da Rocha Salgado, Francisco de Paula Ney, Rodolfo Teófilo, Cândido José Pamplona, e Manuel Albano Filho.

29 ESTATUTOS do Ateneu Cearense. **Pedro II**. Fortaleza, n. 291, p. 4. 18 dez. 1862.

30 Cf. ALLOCUÇÃO, proferido, na noite de 8 de novembro, pelo diretor do Atheneu Cearense, Manoel Theofilo da Costa Mendes, por ocasião da distribuição dos prêmios, aos alunos que mais se destiguíram durante o anno lectivo. **Cearense**, Fortaleza, ano 30, n. 97, p. 4, 8 dez. 1875.

31 NEEDELL, 1986, p. 180-181. Needell se refere às escolas secundárias do Rio de Janeiro, mas os princípios que norteavam as instituições de ensino no Ceará, especificamente o Liceu do Ceará e o Ateneu Cearense, eram semelhantes.

32 A primeira ocasião em que escravos foram libertados ocorreu em 7 de setembro 1869, quando o diretor também fundou na mesma cerimônia a “Sociedade Libertadora”, associação abolicionista que iria perdurar até a extinção da escravidão no Ceará. Os próprios alunos coletaram fundos para comprar a liberdade das escravas, “[e]m lugar de aplicarem em música e foguetes as subscrições promovidas entre si para solenizarem o grande dia da pátria”. Cf. FESTA patriótica. **Cearense**. Fortaleza, ano 23, n. 201, p. 1, 10 set. 1869. Noticiário.

33 Em 1881, no início da campanha abolicionista que resultaria no fim da existência de

abolicionistas que se tornaram célebres na campanha pela extinção da escravidão na década de 1880 foram alunos do Ateneu.³⁴

Carreira profissional, casamento e abolicionismo

A primeira década da vida adulta de Licínio é obscura, talvez por coincidir com o período em que os liberais estiveram longe do poder, negando a ele a possibilidade de obter alguma nomeação para função pública, por influência de seu pai, como era o costume. De acordo com Needell, a prática clientelista “era tradicionalmente essencial para uma família da elite”.³⁵ O que é sabido é que não combateu na Guerra do Paraguai (1864-1870). Possivelmente tenha sido poupado do recrutamento por ser o único filho homem restante na sua casa.³⁶ Seu meio-irmão mais velho, José Antônio Seifert (1842-1873), filho do primeiro casamento de Maria Paulina com um arquiteto austríaco, serviu no 26º Corpo de Voluntários da Pátria e passou anos como prisioneiro de guerra.³⁷ Sobre Licínio, se sabe apenas que era votante em 1874, trabalhava como “agências”, com renda anual de 200 mil reais (valor baixo para a época) e que servia na ativa na Guarda Nacional.³⁸ É crível que tenha passado estes anos atuando como

escravos no Ceará, o jornal *Pedro II* se referiu ao pioneirismo do Ateneu Cearense e aos desafios pelos quais passou, devido aos costumes e ideias prevalentes: “Quando a liberdade da escravatura do Brasil era ainda uma utopia [...] a mocidade do Ateneu Cearense, guiada pelo seu digno diretor, considerava a liberdade de um escravo o principal ornamento de suas festas literárias e patrióticas”. Cf. **Pedro II**. Fortaleza, ano 41, n. 46, p. 1, 9 jun. 1881.

- 34 Licínio deve ter se formado antes de 1869, pois já teria vinte anos de idade, mas é muito provável que o diretor e seu irmão já influenciassem a percepção dos alunos sobre a escravidão bem antes daquele ano.
- 35 NEEDELL, 1986, p. 117.
- 36 Licínio tinha dois meios-irmãos mais velhos, José Antônio Seifert (1842-1873) e Amália Maria Seifert (c.1844-19??), uma irmã gêmea, Benvinda Nunes de Melo (1849-1925) e uma mais nova, Emília Nunes de Melo (1850-1877), vitimada pela epidemia de beribéri durante a Grande Seca (1877-1878).
- 37 STUDART, 1913, p. 65-66. José Antônio trouxe consigo um copo de vidro que pertencera a Francisco Solano López, ditador do Paraguai, e que, após seu falecimento prematuro, ficou com o seu irmão Licínio, depois passando para o filho deste, José Licínio Nunes de Melo. Cf. O POVO. Fortaleza, p. 1, 2 mai. 1949. Foi herdado por Maria José Costa Nunes e hoje se encontra com Wander Nunes Frota (filha e neto de José Licínio, respectivamente).
- 38 Este artigo se refere ao real, antiga moeda brasileira existente até 1942, e que era conhecido no plural como “réis”. A grafia foi modernizada, assim como nomes de pessoas e lugares.

administrador ou apoio ao pai nas propriedades agrícolas da família em Messejana, o que explicaria o termo genérico “agências”.³⁹

Com o retorno dos liberais ao governo, em 1878, Licínio foi nomeado “comissário pagador” no distrito do Alto da Pimenta (atual bairro Siqueira, em Fortaleza).⁴⁰ No ano seguinte, o governo imperial o empregou na Caixa Econômica, quando de sua fundação na capital cearense.⁴¹ O falecimento de seu pai em 1879 o colocou na chefia da família, e permitiu que também herdasse terras, resultando na multiplicação de sua renda anual (para 800 mil reais em 1880 e 1.200.000 em 1883) e colocando-o na categoria de “proprietário”. Isto significava por si só, a sua inserção na camada superior da sociedade e sua ruptura da condição de alguém dependente da figura paterna.⁴² Por outro lado, a morte de Manuel causou um vazio de influência e prestígio que afetaria a carreira de Licínio. Para ascender profissionalmente, além de mérito próprio e capacidade pessoal, um indivíduo necessitava de uma eficiente e ampla rede de relacionamentos. O comum era buscar o apoio de um intermediário com prestígio, para interceder a seu favor.⁴³ Sem o pai, pediu a intercessão de seu padrinho de crisma, Dom Luís Antônio dos Santos (1817-1891), bispo do Ceará e,

Para efeito de comparação, em 1883 pescadores, pedreiros, trabalhadores diários e sapateiros tinham renda anual de 200 mil reais, enquanto artesãos, caixeiros, tipógrafos e pequenos comerciantes recebiam 600 mil. Cf. MATRÍCULA dos guardas alistados para o serviço ativo 1874: pacotilha anos 1874-1876. Fundo Guarda Nacional, código: BR APEC GN, caixa 14. (Arquivo Público do Estado do Ceará, Fortaleza). 1873-1896.

- 39 O historiador Miqueias H. Mugge esclarece que os termos “agências”, “indústrias” e “jornaleiro” (para quem vive de sua agência, indústria ou jornada, respectivamente) se referem geralmente “a trabalhadores sem especialização, que poderiam prestar serviços temporários em virtude de uma boa colheita ou da época de castrar ou marcar o gado”, por exemplo. Cf. MUGGE, Miqueias H. Antes do mito: soldados-cidadãos da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul (1850-1873). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 34, n. 64, p. 137-138, jan./abr. 2018.
- 40 PORTARIA de 28 de fevereiro de 1878. Fundo Governo da Província, código de referência: BR APEC GP. POR. ENC., livro 43. (Arquivo Público do Estado do Ceará, Fortaleza). 1878.
- 41 STUDART, 1913, p. 261.
- 42 LISTA suplementar dos cidadãos qualificados elegíveis, ano 1880, Fundo Câmaras Municipais, série Correspondências Expedidas, caixa 39. (Arquivo Público do Estado do Ceará, Fortaleza). 1872-1880.; LISTA dos cidadãos qualificados para o serviço ativo, ano 1883: pacotilha ano 1883. Fundo Guarda Nacional, código: BR APEC GN, caixa 14. (Arquivo Público do Estado do Ceará, Fortaleza). 1873-1896.
- 43 NEEDELL, 1986, p. 130.

mais tarde, Marquês de Monte Pascoal, em 10 de junho de 1880: “Nesta data escreve a meu favor ao ministro da Agricultura para obter-me um bom emprego, o meu padrinho [o] bispo”.⁴⁴

A demanda de Licínio foi eventualmente atendida, e ele foi nomeado amanuense da Secretaria da Presidência, em março de 1881.⁴⁵ Em setembro de 1884, foi promovido a oficial da mesma secretaria.⁴⁶ No ano seguinte, recebeu a patente de capitão da Guarda Nacional.⁴⁷ Era um reconhecimento de sua ascensão. “As patentes de oficiais normalmente correspondiam com a posição de um indivíduo na sociedade,” afirmou o historiador Ilan Rachun, “um estalajadeiro seria um tenente, um proprietário de loja um capitão, um comerciante um major, e o mais poderoso proprietário de terras local, um coronel.”⁴⁸ Licínio também procurou fazer parte de outras instituições locais que lhe confeririam prestígio. Foi membro de irmandades leigas, como a de São José e a do Santíssimo Sacramento, esta última reservada para os brancos.⁴⁹ Também logrou ser eleito para a

44 MELO, Licínio Nunes de. [Correspondência]. Destinatário: Ana Nunes de Melo. Fortaleza, 10 jun. 1880. (Arquivo pessoal de Licínio Nunes de Miranda). Carta 3. Na coleção há vinte cartas trocadas entre o casal durante o noivado. Foram cedidas gentilmente por Tereza Maria Nunes Ricarte.

45 Nomeado amanuense da 3ª seção por portaria de 1 de março de 1881. Cf. SECRETARIA da presidência. **Pedro II**, Fortaleza, ano 41, n. 20, p. 2, 10 mar. 1881. Factos diversos.; REGISTRO de Títulos, 1872-1881. Fundo Governo da Província, código BR APEC GP POR ENC. livro 29, f. 179-179v. (Arquivo Público do Estado do Ceará, Fortaleza). 1881. Para os cargos ocupados por Licínio na Secretaria do Interior de 1881 até 1892, cf. MATRÍCULA dos Empregados da Secretaria do Interior do Estado. Fundo Governo da Província, fls. 8, 26v-27. (Arquivo Público do Estado do Ceará, Fortaleza). [188?].

46 Nomeado oficial da Secretaria da Presidência por portaria de 6 de setembro de 1884. Cf. REGISTRO de Títulos, 1881-1892. Fundo Governo da Província, cód.: BR APEC, GP. POR. ENC. 53, livro 53, f. 69v. (Arquivo Público do Estado do Ceará, Fortaleza). 1881-1892.

47 Nomeado capitão da 5ª companhia do batalhão de infantaria de reserva nº 1 da Guarda Nacional de Fortaleza. Cf. REGISTRO de patentes da Guarda Nacional, 1873-1888. Fundo Guarda Nacional, cód. BR APEC GN, livro 13, fls. 177. (Arquivo Público do Estado do Ceará, Fortaleza). 1873.

48 RACHUN, 2016, p. 22.

49 Eleito mordomo da confraria de São José em 1881, Cf. SECRETARIA..., 1881, p. 2.; Eleito mesário de São José em 1882, cf. IRMANDADE de São Jose. **Constituição**. Fortaleza, ano 20, n. 18, p. 3, 5 mar. 1882.; Eleito tesoureiro da irmandade do santíssimo sacramento em 1881, cf. IRMANDADE do S. Sacramento. **O Cearense**, Fortaleza, ano 35, n. 115, p. 1, 31 mai. 1881.

irmandade da Santa Casa de Misericórdia, em março de 1880.⁵⁰ Esta era, nos círculos sociais de Fortaleza, a mais prestigiosa das irmandades, na qual somente um número reduzido da própria elite conseguia se inserir.⁵¹

O casamento seria outro elemento fundamental para fortalecer o posicionamento social de Licínio. Escolheu sua prima Ana Nunes de Melo (1857-1947), a quem chamava carinhosamente de “Naninha”. Ela era católica fervorosa, falava francês correntemente e havia sido educada como interna no Colégio da Imaculada da Conceição, onde as moças da elite estudavam.⁵² Ana era filha do coronel Tito Nunes de Melo (1830-1894), um dos chefes políticos conservadores de Maranguape, onde atuava como vereador na câmara local, e abastado proprietário de terras.⁵³ Além disso, ela era sobrinha do Barão de Santo Amaro, rico comerciante em Fortaleza, e um dos maiores donos de escravos na capital.⁵⁴ Apesar da consanguinidade, que traria prejuízos graves de saúde a alguns de seus descendentes, a união matrimonial, ocorrida em 16 de setembro de 1880,

50 Eleito irmão em 12 de fevereiro de 1880 e tomou posse em 11 de março do mesmo ano. Cf. SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FORTALEZA (CE). **Livro de atas (1878-1880)**, Fortaleza, n.4, f. 30-33, 1880.

51 A distinção racial e social, inclusive na possibilidade de adentrar irmandades, não era prevista na lei, existindo por imposição de costumes e preconceitos. Testemunha ocular, Gustavo Barroso disse: “Nada impõe essa seleção, nem regulamentos, nem mesmo os hábitos. Ela é quem se impõe por si própria, como no Passeio Público [praça no centro da capital], quando há retreta, o pessoal fino vai para a Avenida (Alameda) Caio Prado, e o pessoal miúdo fica na Mororó [se refere às duas alamedas na dita praça], respeitando religiosamente uma demarcação simplesmente ideal.” Cf. BARROSO, 2000, v.1, p. 64.

52 PINHO, Maria Nunes. **Entrevista concedida a Licínio Nunes de Miranda**. Caucaia, 30 jul. de 2014. Áudio gravado na Fazenda Água Boa, distrito de Tucunduba, Caucaia. “Mariinha”, nascida em 1926, é neta de Licínio e Ana, e ouviu da avó, já idosa, as informações que serão descritas neste artigo.

53 Em 1880, ainda era tenente-coronel comandante do 3º batalhão de infantaria da Guarda Nacional, de Maranguape. Seria reformado no posto de coronel pela princesa Dona Isabel, por decreto de 29 de novembro de 1887. Cf. REGISTRO..., 1873, fls. 140v-141.

54 O avô paterno de Ana, Antônio Nunes de Melo “Júnior” (1803-1878), era irmão mais novo de Manuel, avô paterno de Licínio. O avô materno de Ana, Antônio Nunes de Melo “Sênior” (1788-1860), era tio dos dois irmãos e foi o primeiro da família a imigrar para o Brasil. Os irmãos Manuel Nunes de Melo (1804-1883), Barão de Santo Amaro, e Antônio Nunes de Melo “Terceiro” (1813-1881) eram igualmente sobrinhos de Antônio “Sênior” e primos dos outros Manuel e Antônio. A confusão de nomes idênticos pode explicar a adoção de nomes da antiguidade nas gerações posteriores. Ademais, a mãe de Ana, Alexandrina Maria Nunes (1831-1907), era irmã da esposa do Barão de Santo Amaro.

foi uma decisão compreensiva, pois serviu para solidificar a condição social de ambos.⁵⁵ Tiveram quatro filhos que deixaram descendência: João “Joãozinho” Licínio Nunes (1888-1937), José “Zezinho” Licínio Nunes de Melo (1890-1987), Luís “Lulu” Nunes de Melo (1892-1980) e Maria Amélia “Maroca” Nunes de Melo (1884-1968), casada com o português Luís Cordeiro de Miranda (1869-1959).⁵⁶

As cartas trocadas entre Licínio e Ana durante o noivado são excelentes fontes para compreender a relação entre um homem e uma mulher de seu nível social naquela época. As demonstrações de carinho emocional e físico nas cartas são evidentes. Como Needell bem afirmou, “[a]lguém pode se casar como parte da ambição de parentes, mas a união de famílias era, necessariamente, a união de corpos também”.⁵⁷ Ela era interessada em questões políticas locais, e até mesmo de outras províncias, como Pernambuco. Por sua vez, ele a incentivava, falando sobre acontecimentos políticos, perguntando a sua opinião e enviando jornais que tratassem do assunto.⁵⁸ Apesar de não ser possível votar ou assumir cargos eletivos, há evidências do interesse de mulheres da família em questões públicas, tanto políticas como sociais. Uma prima dele, Ana Isabel Barroso (c. 1843-1929), “[f]alava muito em Lamartine, em Victor Hugo, na Revolução Francesa, em D. Pedro II, Joaquim Nabuco e Maciel Monteiro”.⁵⁹ Outra prima, Estefânia Nunes Salgado (1865-1919), atuou

55 Sobre a preferência por casamentos entre parentes, cf. NEEDELL, 2006, p. 117-124. Licínio e Ana tiveram doze filhos, dos quais quatro eram saudáveis (João, José, Luís e Maria Amélia), quatro faleceram na infância e outros quatro sofreram de distrofia muscular, doença degenerativa diagnosticado em gerações posteriores, frutos de casamentos endogâmicos entre os descendentes do casal.

56 Do consórcio de Maria Amélia e Luís nasceu o primeiro neto de Licínio, o qual foi registrado no cartório pelo avô, que lhe deu o seu nome. Cf. FORTALEZA (CE). Cartório João de Deus 1º Ofício de Fortaleza. **Livro de registro de nascimentos**. Registrado às fls. 13v do livro A-13, nº de ordem 276. Trata-se do médico Licínio Nunes de Miranda (1906-1996), avô do autor do presente trabalho. Foi Diretor de Saúde Pública (correspondente ao atual Secretário de Saúde) nos governos estaduais de Faustino Albuquerque (1947-51), Paulo Sarasate (1955--58) e Flávio Marcílio (1958-59).

57 NEEDELL, 1986, p. 122.

58 MELO, Licínio Nunes de. [Correspondência]. Destinatário: Ana Nunes de Melo. Fortaleza, 01 jul. 1880. (Arquivo pessoal de Licínio Nunes de Miranda). Carta 7 de 20.; MELO, Ana Nunes de. [Correspondência]. Destinatário: Licínio Nunes de Melo. Fortaleza, c. 04 jul. 1880. (Arquivo pessoal de Licínio Nunes de Miranda). Carta 8 de 20.

59 BARROSO, 2000, v.1, p. 16, 216. Era a tia “Iaiá” de Gustavo Barroso.

na campanha abolicionista, e se casou com Alfredo Salgado, membro da Cearense Libertadora.⁶⁰

De acordo com relatos familiares, Licínio era abolicionista, e escondia escravos fugitivos em Maranguape.⁶¹ Há elementos que corroboram com tal alegação. Na partilha amigável de bens, por ocasião da morte de seu pai em 1879, optou por não receber escravos, somente terras, ao contrário de sua mãe e irmã Benvinda. Em matrícula de 1881, com os escravos existentes em Fortaleza, incluindo os seus proprietários, não consta o seu nome, mas o de sua mãe e irmã somente (além de outros parentes).⁶² É possível que os anos no Ateneu Cearense tenham influído em sua oposição à escravidão. Ele parece ter tido uma predisposição positiva em relação às pessoas de cor, pois permitia aos filhos assistirem às celebrações de afrodescendentes e, após o fim da escravidão, serviu como administrador do patrimônio de Nossa Senhora do Rosário, ligado a confraria de mesmo nome cujos membros eram escravos ou seus descendentes. Apesar de sua família ter possuído escravos, e Licínio certamente conviveu com eles, houve uma mudança de percepção quanto à legitimidade da escravidão por parte de alguns membros dos Nunes de Melo. Eram costumeiros os conflitos entre Ana e sua mãe sobre o tratamento cruel que esta dispensava a seus escravos.⁶³

Além da prima Estefânia, o irmão mais velho de Ana, José Tito Nunes de Melo (c. 1855-1914), foi membro da Cearense Libertadora, a

60 GIRÃO, Raimundo. **Abolição no Ceará**. 3. ed. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984, p. 74, 89, 192.

61 NUNES, Francisco Juarez Costa; NUNES, Heliane Costa. **Entrevista concedida a Licínio Nunes de Miranda**. Fortaleza, 02 jul. 2016. Áudio gravado no sítio Jucurutuoca, Fortaleza. Juarez, nascido em 1930, é neto de Licínio e Ana e pai de Heliane. Ambos ouviram os relatos sobre o abolicionismo de Licínio de seus filhos José Licínio e Luís (pai e tio de Juarez, respectivamente). Os irmãos contaram que certa vez, descendo a serra de Maranguape a cavalo no caminho para Fortaleza, e pouco antes de cruzar um riacho no distrito de Tucunduba, Licínio encontrou o corpo de um escravo enforcado numa árvore. O fato deve ter ocorrido entre 1880 e 1884. Os entrevistados também comentaram sobre o seu monarquismo.

62 PARTILHA..., 1879, f. 5-10.; RELAÇÃO dos escravos existentes matriculados nesta repartição: pacotilha n. 13. Fundo Junta classificadora de escravos, série Offícios expedidos, mapa estatístico, relação de escravos a serem libertados, caixa 01. (Arquivo Público do Estado do Ceará, Fortaleza). 1882-1884.

63 PINHO, 2014.

associação abolicionista mais radical do movimento, e envolvida com a fuga de escravos.⁶⁴ Se Licínio fez parte de algum dos grupos abolicionistas existentes, não é sabido, pois a documentação da época é insuficiente. De qualquer maneira, quando todos os escravos foram libertados em Fortaleza, em 24 de maio de 1883, ele e sua esposa Ana participaram das festividades, inclusive ofertando roupas novas para os escravos recém-libertos.⁶⁵ Anos mais tarde, quando a escravidão foi definitivamente abolida no Brasil, em 13 de maio de 1888, sugeriu à Santa Casa de Misericórdia que enviasse mensagem congratulatória à princesa Dona Isabel pelo acontecimento.⁶⁶

República, ostracismo e senso de honra

No interregno conservador (1885-1888), a carreira de Licínio ficou estagnada. Todavia, manteve o emprego, ao contrário do que ocorria normalmente, em que nomeações e demissões dependiam de lealdade partidária. No ocaso do império, a coesão dos dois principais partidos estava comprometida, com facções de conservadores aliadas às facções de liberais em conflito mútuo, precedendo o surgimento de novos partidos no início do período republicano. Isto explicaria a sua nomeação, mesmo sob governo conservador, para o cargo de mordomo (uma espécie de administrador) na direção do hospital da Santa Casa de Misericórdia, em 1887, para o qual seria reconduzido nos anos seguintes.⁶⁷ Pertencer à irmandade era relevante, mas fazer parte da administração do hospital o colocou num círculo restrito dentro da própria elite cearense. Como membro da administração, recebeu Dom Gastão de Orleães, Conde de

64 LIBERTADOR. *Cearense*, Fortaleza, ano 35, n. 23, p. 5, 30 jan. 1881.

65 PINHO, 2014.

66 SANTA C. de Misericórdia. *Gazeta do Norte*. Fortaleza, ano 9, n. 131, p. 2, 13 jun. 1888.; SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FORTALEZA (CE). *Livro de atas (1887-1890)*, Fortaleza, n. 6, f. 13v. 1888.

67 Nomeado em 3 de março de 1887, e reconduzido em 10 de março de 1888, 19 de março de 1889, 1 de março de 1890, e em 2 de março de 1891. Cf. SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FORTALEZA (CE). *Livro de atas (1880-1887)*, Fortaleza, n.5, f. 134v, [188-]; SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FORTALEZA (CE). *Livro de atas (1887-1890)*, Fortaleza, n. 6, fls. 10-10v, 45-45v, 91-91v, [18--]; SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FORTALEZA (CE). *Livro de atas (1891-1893)*, Fortaleza, n. 7, fls. 10-10v, [189-].

Eu (consorte da princesa Dona Isabel), quando de seu desembarque no porto de Fortaleza em agosto de 1889, e foi escolhido para convidar pessoalmente o príncipe para assistir à missa pelo imperador, que escapara ileso de um atentado a sua vida.⁶⁸ Logo em seguida, em setembro, Licínio foi promovido a primeiro oficial da Secretária da Presidência.⁶⁹

Meses depois, em 15 de novembro, o império foi extinto por um golpe de estado e a família imperial banida para a Europa. A mudança súbita, e até mesmo inesperada, de regime, em conjunto com a apatia e impassibilidade do imperador em reagir à própria deposição, resultou na aceitação expressa ou tácita da massa dos cearenses, seja por convicção, pressão, oportunismo ou inércia. O sogro e o tio materno de Licínio, ambos conservadores, e com longas carreiras como vereadores, se retiraram da vida pública, como muitos monarquistas convictos optaram por fazer.

No caso dele, com a carreira ainda em ascensão, a escolha foi por aderir à República. Pelas ações que tomaria posteriormente em favor da restauração da Monarquia, é provável que tenha sido motivado num primeiro momento por coação e risco de vida.⁷⁰ Um dia após o golpe, assinou o auto de instalação do governo republicano do Estado do Ceará, junto com outros cidadãos de destaque.⁷¹ No dia 30 de novembro, com outras dezenas de pessoas, inclusive de Francisco José do Nascimento, o “Dragão do Mar”, Licínio foi admitido no Centro Republicano, que até então era uma pequena associação política composta por membros da

68 S.A. o sr. Conde d’Eu. **Gazeta do Norte**. Fortaleza, ano 10, n. 178, p. 2, 14 ago. 1889.

69 REGISTRO..., 1881-1892, f. 153.

70 Em 16 de novembro de 1889, o Barão de Aquiraz, chefe conservador, reuniu outras lideranças políticas, assim como figuras de relevo da capital, para discutirem a grave situação, mas o governo republicano considerou como uma tentativa de reação e posicionou tropas, inclusive artilharia, para um confronto. O grupo reunido por Aquiraz preferiu nada fazer, possivelmente temeroso de serem atacados. Cf. ANNAES da República brasileira. **Gazeta do Norte**. Fortaleza, ano 10, n. 257, p. 2, 20 nov. 1889. Anos depois, Tomás Pompeu de Sousa Brasil afirmou ter aderido à república sob “efeito de coação”. Cf. INTERVIEW. **Jornal do Ceará**, Fortaleza, anno 1, n. 120, p. 2, 23 nov. 1904.

71 AUTO de instalação do governo provisório do Estado do Ceará - República Brasileira. **Libertador**, Fortaleza, anno 9, n. 264, p. 2, 18 nov. 1889.; AUTO de instalação do governo provisório do Estado do Ceará - República Brasileira. **Libertador**, Fortaleza, anno 9, n. 265, p. 3, 19 nov. 1889.

antiga Cearense Libertadora, e que havia se tornado na prática o governo do Ceará.⁷²

Ele manteve o emprego público e até participou da organização dos festejos pela promulgação da nova Constituição em 1891, sobre o qual o presidente (governador) do Ceará lhe disse, talvez, como alerta sobre sua lealdade ao novo regime: “como é de esperar de um cidadão brasileiro que se orgulha de o ser”.⁷³ Após a eleição do general de divisão José Clarindo de Queirós para presidente do estado, Licínio se aliou a ele, enquanto aquele sofria oposição crescente por parte dos republicanos históricos. Em setembro de 1891, quando a antiga Secretaria do Governo foi reformulada como Secretaria do Estado dos Negócios do Interior, ele foi reaproveitado, mantendo o cargo de primeiro oficial e, mais tarde, em dezembro, recebeu vitaliciedade na função.⁷⁴

Sua sorte mudou radicalmente logo depois, quando o generalíssimo Deodoro da Fonseca renunciou à presidência do país em novembro de 1891, após ter fracassado em sua tentativa de golpe. Seu sucessor, marechal Floriano Peixoto, exigiu o mesmo de todos os governadores estaduais que apoiaram o seu antecessor, inclusive Clarindo. Frente à recusa do governador cearense, Floriano mandou retirar de Fortaleza o 11º Batalhão de Infantaria do Exército, considerado leal a Clarindo. Em 16 de fevereiro de 1892, Clarindo sofreu cerco por tropa de alunos da Escola Militar e de civis armados ligados a Floriano, resistindo a tiros de fuzis e canhões. O governador era defendido por forças policiais e civis leais no palácio do governo, na praça General Tibúrcio, e em ruas próximas. Na madrugada do dia seguinte, Clarindo se rendeu e foi forçado a partir para o Rio de Janeiro. Em depoimento posterior à polícia, Licínio foi acusado de ter participado do combate, colocando homens armados na Igreja do Rosário, ao lado do palácio do governo.⁷⁵ Negou a acusação com respostas pouco

72 CENTRO Republicano. **Libertador**, anno 9, n. 276, p. 2, 2 dez. 1889. Telegrammas.

73 BARROSO, Benjamim Liberato. [Correspondência]. Destinatário: Licínio Nunes de Melo. Fortaleza, 2 mar. 1891. (Arquivo pessoal de Licínio Nunes de Miranda).

74 Nomeado primeiro oficial da Secretaria do Interior por ato de 24 de setembro de 1891. Recebeu vitaliciedade no cargo por ato de 5 de dezembro do mesmo ano. Cf. REGISTRO..., 1881-1892, fls. 267v-282.

75 CERTIDÃO de auto de perguntas feitas à Licínio Nunes de Melo. Fortaleza, 1 mar. de 1892. (Arquivo pessoal de Licínio Nunes de Miranda).

convincentes, e foi demitido do cargo de primeiro oficial. Pela primeira vez em anos, não foi reconduzido à função de mordomo da Santa Casa de Misericórdia.⁷⁶

Para um homem de sua condição social, a demissão do governo e o fim de sua participação na administração do hospital da Santa Casa significavam o ostracismo. Além da distância do centro de poder e do círculo íntimo da elite, assim como a perda de prestígio e de renda, ele presenciou a sua reputação ser paulatinamente arruinada pela imprensa pró-governo, em parte por seu monarquismo.⁷⁷ Poderia ter sido pior, entretanto, pois o presidente Floriano Peixoto, que assumiu poderes ditatoriais, atuou com violência contra seus inimigos políticos, e muitos foram presos, exilados ou executados.⁷⁸ O momento era ainda mais delicado para Licínio devido ao lento declínio de sua família, causado pela morte dos membros antigos mais influentes, como seu pai (1879), tio paterno (1882) e sogro (1894), mas também pela ruína econômica de outros, como o Barão de Santo Amaro, que faliu pouco antes de seu falecimento, em 1883. Outros fatores contribuíram para a decadência dos Nunes de Melo, como a união matrimonial com pessoas de famílias com menos ou nenhuma influência, a emigração de parentes para outras regiões, e escândalos familiares, como no caso da prisão de dois primos.⁷⁹

Em uma sociedade patriarcal, hierarquizada e conservadora como a cearense (e, em maior escala, a brasileira), o valor de um homem como tal, para si e para outrem, e sua posição social dependiam da sua reputação. Acima de tudo, a honra individual e familiar deveria ser preservada, pois a sua autoridade e respeitabilidade estariam comprometidos. Como bem definido pela historiadora Martha S. Santos: “Honra funcionava através de interação entre a conceptualização de um homem de seu próprio valor

76 MATRÍCULA..., fls. 8, 26v-27, [188?].

77 GHEEL no Ceará. **O Republicano**, Fortaleza, anno 1, n. 5, p. 2, 13 dez. 1895; **A REPÚBLICA**, p. 1, 5 jun. 1899.

78 LOVE, Joseph L. **Rio Grande do Sul and Brazilian Regionalism, 1882-1930**. Stanford: Stanford University Press, 1971. p. 57-62, 67-68, 70, 72.

79 Sobre as prisões do major José Alexandre Nunes de Melo, comandante da guarda urbana da corte, e do alferes Júlio Nunes de Melo, cf. RAPTO. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, anno 7, n. 245, p. 1, 5 set. 1881.; **GAZETA DE NOTÍCIAS**, Rio de Janeiro, p. 1, 24 set. 1903. O primeiro seduziu uma adolescente em 1881 e o segundo assassinou a esposa em 1903.

e dignidade e o reconhecimento social e aceitação daquela estimativa por outros membros da comunidade.”⁸⁰ Além de que “a preocupação com reputação não era apenas uma questão de orgulho masculino ou resultado de uma receita cultural. Ao invés, o conceito de honra articulava ideias normativas de masculinidade apropriada entre [...] [os homens] sobre suas posições em relações hierárquicas com outros.”⁸¹

A preocupação quanto a masculinidade, honra e reputação existiam em sua família. O próprio falou a respeito de um sobrinho que causava problemas em público como “uma vergonha para a família.”⁸² Este mesmo sobrinho comentou para o futuro escritor Gustavo Barroso, ao presenciar uma briga deste com outros garotos: “Felizmente, não desonraste a família! Brigaste como homem! Gostei de ver!”⁸³ Após outra luta, na qual foi derrotado, assim como na primeira, Gustavo revelou que Floriano Xavier da Silveira (1849-1932), cunhado de Licínio, elogiando a sua coragem em lutar, mesmo tendo perdido, disse: “É melhor morrer do que viver desonrado.”⁸⁴ A derrota em si, por mais frustrante que fosse, não era motivo de vergonha ou de desonra. O que importava era lutar, demonstrando valor pessoal e hombridade. Licínio combateu por Clarindo em 1892, mas ele não o fez pelo imperador em 1889. Seu conformismo e inércia neste último caso talvez o tenham afetado posteriormente. Afinal, ele certamente entendia que violência política era comum e generalizada, pois discutira com Ana a respeito durante o noivado.⁸⁵ A derrota de 1892 e a perda de cargos poderiam ser revertidas, como ocorrera em outros momentos da história cearense.

Mas o desejo de reaver o que foi perdido não explica a sua decisão de derrubar o partido dominante, tomar o poder e, também, restaurar o império. Este último objetivo trazia riscos consideráveis, pois a reação viria não somente de chefes políticos locais, mas de outros estados e do próprio governo federal. Canudos, uma vila no interior da Bahia, foi destruída e a população aniquilada quase por completo em 1897, porque

80 SANTOS, 2012, p. 4.

81 Ibid. A historiadora se refere especificamente aos sertanejos cearenses, mas o conceito se aplica aos homens cearenses em geral.

82 BARROSO, Gustavo. **Cinza do tempo**. Rio de Janeiro: A Noite, [1951]. p. 149.

83 BARROSO, 2000, v.1, p. 199.

84 Ibid., p. 206.

85 MELO, 1880, carta 7.

o governo republicano acreditara que a população intencionava restaurar a monarquia.⁸⁶ O fato de ser um homem branco e membro da elite não o salvaria de uma repressão violenta, como não salvou homens de posição social semelhante durante a guerra civil no Rio Grande do Sul (1893-1895), como o monarquista contra-almirante Luís Filipe de Saldanha da Gama.⁸⁷ É possível, portanto, conjecturar que Licínio, além de almejar os cargos perdidos, tenha sido movido por culpa, senso de dever, honra e pelo desejo de restaurar uma ordem natural que lhe fazia mais sentido. Como o seu aliado político Tomás Pompeu de Sousa Brasil (1852-1929) bem argumentou em 1904: “Eu sou monarquista de convicção e amo assaz a autoridade. Ora, se esta está no príncipe [monarca], por que não hei de eu estar com ele?”⁸⁸

Um coronel monarquista

O isolamento de Licínio não era completo, por ainda ter relações próximas com Dom Joaquim José Vieira (1836-1917), bispo de Fortaleza, e com o clero católico. Era devoto e participava das cerimônias e festejos religiosos. Foi nomeado pelo bispo para servir como administrador do patrimônio de Nossa Senhora do Rosário, por volta de 1898, e permaneceu na função por vinte anos.⁸⁹ A maior honraria ocorreu ao receber do bispo a antiga imagem de Nossa Senhora da Assunção, estátua trazida em 1654 pelo capitão-mor Álvaro de Azevedo Barreto, ao tomar posse do Ceará com a retirada dos holandeses. A imagem deu o nome à fortificação ocupada pelos portugueses, Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, da qual nasceria a capital cearense. Ela havia, há muito, perdido a sua importância para os fortalezenses, que não mais a veneravam. Entretanto, Licínio tinha “grande devoção” pela santa e se tornou guardião da imagem.

86 LEVINE, Robert M. **Vale of Tears: Revisiting the Canudos Massacre in Northeastern Brazil, 1893-1897**. Berkeley: University of California Press, 1992. p. 22, 27, 143, 195, 184-192.

87 LOVE, 1971, p. 70-71, 81.

88 Cf. INTERVIEW..., 1904, p. 2.

89 CAMARA, João. **Almanach: Administrativo, estatístico, mercantil, industrial e litterario do Estado do Ceará para o anno de 1898**. Fortaleza: Typ. Universal, 1898. p. 81.

Levou-a primeiramente para o seu oratório particular, em seu casarão em Fortaleza, e depois para o seu sítio Jucurutuoca, em Messejana.⁹⁰

A existência de Licínio era dividida em dois mundos distintos. Um era urbano, aparentemente moderno e supostamente civilizado, enquanto o outro era rural, atrasado e rude. Licínio, como os demais proprietários de terras do sertão cearense, vivia e se adaptava às duas realidades. Na capital, ele havia sido funcionário público, mas também atuou como capitalista, sendo acionista da Companhia Ferro Carril do Ceará (desde 1880, pelo menos), responsável pelo transporte coletivo urbano em Fortaleza, inclusive sendo eleito para gerenciá-la em 1894.⁹¹ Também tirava sustento de aluguéis de imóveis na cidade.⁹² Porém, considerável parte de seus rendimentos era proveniente de suas propriedades rurais. Em Messejana, os sítios Precabura, Sabiaguaba e Jucurutuoca cultivavam milho, feijão, caju e banana para consumo próprio e para o mercado local.⁹³ Em Soure (Caucaia), havia a fazenda Água Boa, herdada por sua esposa em 1894, e em que a principal cultura era o algodão, vendido para exportação. Havia também a criação de gado para corte e produção de leite, sob os cuidados de um vaqueiro e de sua família, que tinham direito a um quarto dos bezerros nascidos. A população local nas propriedades era quase inteiramente analfabeta, e majoritariamente cabocla, com alguns brancos e uma minoria de cafuzos e mulatos, descendentes de escravos. Como era comum no Ceará, e em outras regiões do país, não havia salários. Os moradores, como eram chamados os lavradores, tinham o direito à metade

90 Nem Ana, já viúva, se recordava da data em que Licínio recebeu a imagem, mas lembrava de ter ouvido o marido comentar “sempre” a sua origem, e que havia sido depositada na antiga Sé (atual catedral de Fortaleza) após a separação entre estado e igreja, com o advento da república. Portanto, ele deve ter se tornado guardião dela pouco depois de 1889. Ver SOUSA, Eusébio de. **História Militar do Ceará**. [S.l.; s.n.], [1950]. p. 36-37. E também: BARROSO, Gustavo. **À margem da história do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962. p. 109-110; O POVO. Fortaleza, 17 de outubro de 1982. Em 2014, a imagem foi doada por seus descendentes para o seu lugar original, a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção (10ª Região Militar), onde permanece. Seu sobrado era localizado na rua Formosa, nº 234 (atual rua Barão do Rio Branco, nº 1684).

91 COMPANHIA Ferro-carril. **Cearense**, Fortaleza, anno 34, n. 74, p. 4, 22 jul. 1880.; A REPÚBLICA. Fortaleza, p. 4, 2 jan. 1894.

92 CONTRACTO. **Cearense**, Fortaleza, anno 38, n. 8, p. 2, 12 jan. 1884.

93 NUNES, Heliane Costa. **Entrevista concedida a Licínio Nunes de Miranda**. Fortaleza, 08 dez. 2016.

do que era cultivado do algodão, e da colheita de alimentos, mas havia algumas atividades em que o trabalho era pago com dinheiro pela diária.⁹⁴

Na ausência do estado, cabia a ele responsabilidades que iam além da função de patrão. Tal qual um senhor feudal, ele tinha a obrigação, teoricamente, de cuidar do bem-estar de seus moderadores, defendendo-os de criminosos, facilitando o acesso à justiça (ou protegendo-os dela, em alguns casos) e ao atendimento médico, e resolvendo pendências e malquerenças entre eles.⁹⁵ A proximidade com o governo e com os que detinham o poder era essencial, pois permitiria a Licínio (e a outros fazendeiros como ele) utilizarem a polícia ou o juiz local para atender às demandas, assim como outros serviços públicos. Em 1911, por exemplo, ele requisitou vacinas para malária ao governo estadual para atender Tucunduba, distrito de Soure, onde sua fazenda era localizada.⁹⁶ Ocorre que muitos grandes proprietários, os coronéis, utilizavam a sua influência para dominar a política local, distribuindo favores e atacando opositores. Os cargos de intendente (prefeito), vereador, delegado e de juiz eram ocupados por eles próprios ou por aliados. Aproveitavam-se da violência perpetrada por capangas armados, jagunços e até mesmo cangaceiros. “A liderança oferecida pelo coronel tinha um caráter tanto político quanto belicoso”, explica Rachun.⁹⁷ E ele acrescenta: “Coronéis lutavam um contra o outro frequentemente, ou faziam alianças para se livrarem de um coronel vizinho ameaçador. Em vários casos, grupos de coronéis lutaram um conflito bem-sucedido contra o seu próprio governo estadual.”⁹⁸

É por essa razão que Acioli, que se tornou a principal figura política cearense após a deposição de Clarindo, procurou o acomodamento em relação aos chefes políticos do interior. Quando não era possível obter o apoio, como no caso de Licínio, o governo federal intervinha para

94 MIRANDA, Daniel Nunes de. **Entrevista concedida a Licínio Nunes de Miranda**. Fortaleza, 30 jun. 2016.; PINHO, Maria Nunes de; PINHO, João Licínio Nunes de. **Entrevista concedida a Licínio Nunes de Miranda**. Fortaleza, 2 nov. 2021. Daniel, nascido em 1926, é neto de Licínio e Ana. Foi prefeito de Caucaia e é fazendeiro na região. João Licínio é filho de “Mariinha” e engenheiro agrônomo. Todos possuem larga experiência nos costumes e labores do meio agrário cearense.

95 MIRANDA, 30 jun. 2016.

96 VARIOLA e vacinação. **Jornal do Ceará**, Fortaleza, anno 8, n. 1411, p. 2, 20 out. de 1911.

97 RACHUN, 2016, p. 22-25.

98 Ibid., p. 22.

apaziguar e manter um mínimo de estabilidade. Em 1898, mesmo sem influência considerável na política local, foi nomeado tenente-coronel da Guarda Nacional pelo presidente da república Prudente José de Moraes Barros e teve a carta patente assinada pelo sucessor Manuel Ferraz de Campos Sales, que colocou em prática um projeto de poder que foi chamado de “política dos governadores”, que consistia em uma relação com os governos estaduais semelhante ao que estes tinham com os coronéis.⁹⁹ A patente de tenente-coronel era um reconhecimento do prestígio de Licínio, ainda que uma sombra do que fora anteriormente, e de sua posição como chefe político local, mas também, pode ser presumido como uma tentativa de evitar que sua oposição a Acioli evoluísse a ponto de se tornar um confronto real.¹⁰⁰

Entretanto, se o objetivo de fato era pacificar, não surtiu efeito. Agora tenente-coronel, ou simplesmente coronel, como geralmente se simplifica a nomenclatura da patente, ele persistiu na oposição a Acioli, se mantendo firme em sua posição como um coronel leal ao extinto império. Talvez tenha sido uma razão do fracasso em conseguir se eleger vereador em Fortaleza, no ano de 1898, devido às fraudes.¹⁰¹ Suas alegações de corrupção nas eleições eram tratadas com desprezo no órgão de imprensa pró-Acioli, como ocorreu ao tentar se eleger deputado em 1900.¹⁰² Sob Acioli, qualquer tentativa de obter acesso ao poder por meios legítimos era praticamente inexistente. Em todo o caso, não é claro o momento em que Licínio optou pela restauração

99 RACHUN, 2016, p. 23-24. Foi nomeado tenente-coronel comandante do 1º Regimento de Cavalaria da Guarda Nacional de Fortaleza, por decreto de 22 de outubro de 1898. Cf. DECRETO de 22 de outubro de 1898. Fundo Série Guerra Guarda Nacional (IG13), cód. 9R. (Arquivo Nacional, Rio de Janeiro). 1898a. A carta patente com as assinaturas de Campos Sales e de Epitácio Pessoa (então ministro da Justiça) se encontra com João Licínio Nunes de Pinho. É importante ressaltar que o número de indivíduos que receberam a patente de coronel é reduzido. A maior parte dos chamados “coronéis” eram tenentes-coronéis, e uma minoria eram coronéis de fato. Geralmente, havia um coronel por comarca, que era superior aos tenentes-coronéis que comandavam batalhões de infantaria e regimentos de cavalaria.

100 Outros dois membros da família receberam a patente de tenente-coronel em 1898: José Tito Nunes de Melo, em Maranguape, e Virgílio Nunes de Melo, em Fortaleza, irmão e tio paterno de Ana (esposa de Licínio). Cf. Decreto de 8 de novembro de 1898. Fundo Série Guerra Guarda Nacional (IG13), cód. 9R. (Arquivo Nacional, Rio de Janeiro). 1898b.

101 CONGRESSO NACIONAL. **Annaes da Camara dos Deputados**: segunda sessão da terceira legislatura. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. v. 5. Sessão em 28 de novembro de 1898.

102 A REPÚBLICA. Fortaleza, p. 4, 30 mar. 1900.

monárquica. Ele foi acusado abertamente de ser monarquista e restaurador (ou “sebastianista”, termo empregado pelos apoiadores de Acioli) em 1895 e, posteriormente, em 1900, com adjetivos jocosos.¹⁰³

Havia outros restauradores, além de Licínio, e eles usaram a Associação Comercial do Ceará como centro agregador de suas atividades. O historiador Ralph Della Cava corretamente reconhece a Associação como elemento central na eventual queda de Acioli, e como o grupo mais preeminente na coalizão oposicionista. Contudo, ele identifica a Associação como comerciantes pertencentes a uma classe média urbana (ou burguesa) em disputa por maior representação política com uma elite agrária tradicional, se aproveitando do operariado e de outros grupos sociais mais baixos para tomar o poder.¹⁰⁴ Trata-se de uma análise simplista da questão que se revela insuficiente para entender a motivação dos envolvidos, até mesmo se enganando quanto ao seu contexto social e econômico.

Em 1909, Geminiano Maia (1847-1916), o Barão de Camocim, e presidente da Associação Comercial, “[j]ulgando indispensável a organização definitiva do partido monarquista [...] propôs que fosse escolhido um diretório de doze membros, para servir provisoriamente”.¹⁰⁵ Na sessão de 9 de novembro, Camocim e Licínio foram eleitos para a diretoria. Os demais membros dela foram: Tomás Pompeu de Sousa Brasil, Teófilo Rufino Bezerra de Menezes Filho (1854-1910), Francisco Barbosa de Paula Pessoa (1853-1943), Tomé Augusto da Mota (1852-1928), Alcides Montano Brasil de Matos (1868-1936), Antônio Gonzaga Cordeiro de Almeida (c. 1857-1930), José Bruno Menescal (1842-1914), João Tibúrcio Albano (1860-1924), e Miguel Fernandes Vieira (c. 1851-19??). O padre José Barbosa de Jesus (1854-1945) foi escolhido presidente.¹⁰⁶ O grupo era composto por homens brancos, provenientes da camada superior da sociedade, e tinham outros elementos em comum. Eram ex-alunos do

103 **O Republicano**. Fortaleza. 24 nov. 1895, p. 3; Ibid. 13 dez. de 1895, p. 2; A REPÚBLICA. Fortaleza, p. 4, 30 abr. 1900. Nem todos os monarquistas eram restauradores. Estes atuavam pelo retorno da monarquia, enquanto aqueles apoiavam-na como forma de governo somente.

104 DELLA CAVA, 1970, p. 129-136.

105 JORNAL DO COMMERCIO. Manaus. p. 1, 7 jun. 1909.

106 Ibid; CEARÁ. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, anno 8, n. 2857, p. 2, 12 mai. 1909. Pelo Telegrapho.

Ateneu Cearense, abolicionistas, bacharéis, irmãos da Santa Casa, oficiais da Guarda Nacional, políticos, funcionários públicos, comerciantes, capitalistas e proprietários de terra.¹⁰⁷ Alguns vieram de famílias com relevância social e política igual ou superior que a de Licínio e haviam perdido influência política com o advento da república.¹⁰⁸

Reconheciam Dona Isabel, filha do falecido Dom Pedro II, como imperatriz, e aceitaram a liderança de seu filho e herdeiro, o príncipe imperial Dom Luís, inclusive mantendo correspondência com o próprio.¹⁰⁹ Na sessão de 9 de novembro, o Manifesto de Cannes (1909) do príncipe foi lido, sendo possível presumir que tenha influído no ânimo do grupo cearense e servido como plataforma política.¹¹⁰ Era um projeto que pode ser definido como conservador, no sentido clássico do termo, em que se propunha a preservação do que consideravam eficaz e positivo no organismo político, social e econômico do país, com a realização de reformas graduais para resolver questões e demandas existentes, assim evitando o ímpeto revolucionário causador de choques e rupturas significativas. Além da restauração da monarquia, o manifesto propunha “a mais ampla liberdade eleitoral, o respeito do direito das minorias, a formação de partidos sólidos com programas políticos bem definidos, superiores às mesquinhas questões de interesse individual”.¹¹¹ Defendia a

107 STUDART, 1910, p. 22, 337-338; STUDART, 1915, p. 150; JORNAL DO CEARÁ. Fortaleza, anno 7, n. 1180, p. 2, 18 abr. 1910.

108 Miguel Fernandes era filho ilegítimo do senador Miguel Fernandes Vieira e neto do Visconde do Icó, chefes do Partido Conservador. João Tibúrcio Albano era filho do Barão de Aratanha, antigo provedor da Santa Casa Comercial. Tomás Pompeu foi deputado geral e vice-presidente do Ceará, além de filho do senador de idêntico nome (e chefe do Partido Liberal). Francisco Barbosa foi deputado provincial, e era filho do senador Vicente Alves de Paula Pessoa, e neto do senador Francisco de Paula Pessoa, chefes do Partido Liberal.

109 O periódico *O Rebate* menciona que, durante a sessão em que foi eleita a diretoria, o Barão de Camocim leu uma carta enviada a ele por Dom Luís. Cf. *O REBATE*, p. 1, 29 mai. 1909. Os descendentes de Camocim desconhecem o paradeiro da correspondência recebida, e não há no Arquivo da Família Imperial, no Museu Imperial em Petrópolis, quaisquer das cartas enviadas pelos monarquistas cearenses.

110 Os monarquistas cearenses tiveram dois periódicos, *D. Pedro II* (1899) e *Restauração* (1902), que podem esclarecer o seu ideário político. Não foi possível ter acesso às cópias remanescentes por motivo de força maior.

111 BRAGANÇA, Luís de Orleães e. Manifesto de Cannes (1909). In: TORRES, João Camilo de Oliveira. **Interpretação da realidade brasileira**: introdução à história das ideias políticas no Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017, p. 322-326. As minorias,

preservação do regime federativo, mas pedia o controle dos gastos públicos, particularmente em nível local. Argumentava por um modelo econômico liberal clássico, com defesa da iniciativa privada (como fomentador de desenvolvimento industrial, comercial e agrícola) e de intervenção limitada, pontual e esporádica por parte do governo. Entretanto, apoiava a formulação de leis sociais e trabalhistas semelhantes às da Alemanha, Grã-Bretanha e Itália. A educação primária pública seria expandida até “os últimos recantos do país” e a separação do estado e da igreja seria mantida, sendo sugerido o ensino religioso nas escolas públicas, mas atendendo a casos individuais e a anuência dos pais de alunos.¹¹²

Poder, tentativas de reformas e derrota final

A liderança do príncipe revitalizou o movimento restaurador e impediu a sua dispersão, após anos de passividade e relativa indiferença da família imperial.¹¹³ A reorganização dos monarquistas de maneira pública não passou despercebida. No Ceará, um jornalista republicano comentou sobre o que avaliava como a ameaça do “monarquismo que progressivamente vai tomando vulto no sul e já está se levantando cá pelo norte”.¹¹⁴ A coalizão oposicionista concentrou os esforços na campanha para presidente estadual de 1912, escolhendo o tenente-coronel Marcos Franco Rabelo (1861-1928), oficial cearense do Exército que vivia há décadas distante de seu estado de origem. Era praticamente um desconhecido da população em geral, mas era competente e bem-intencionado, tendo a seu favor o fato de ser genro do falecido general Clarindo. Aparentemente, os oposicionistas também buscaram se aproveitar do momento político nacional, em que candidaturas de oficiais militares eram vistas como a solução para a corrupção generalizada, sendo o exemplo mais evidente a eleição do marechal Hermes Rodrigues da Fonseca para presidente da república em 1910.

neste caso, são os partidos minoritários no congresso, assembleias estaduais e câmaras municipais.

112 Ibid.

113 MALATIAN, Teresa. **Dom Luís de Orléans e Bragança**: peregrino de impérios. São Paulo: Alameda, 2010, p. 207-208.

114 O REBATE. Sobral, p. 2, 22 mai. 1909.

A disputa eleitoral no Ceará se transformou num conflito armado quando Acioli enviou cavalarianos da polícia para reprimir com violência uma passeata infantil em apoio a Franco Rabelo ocorrida em 21 de janeiro de 1912.¹¹⁵ “Enquanto a poderosa Associação Comercial do Ceará exigia tropas federais para protegê-los,” informa Della Cava, “pequenos lojistas, caixeiros, artesãos, ferroviários, condutores de trem, e mecânicos autônomos voluntariamente tomaram armas.”¹¹⁶ Também houve a participação de mulheres, representadas na Liga Feminista, e de ativistas católicos, descontentes com as duradouras medidas anticlericais e com a eleição de candidatos positivistas. Em 24 de janeiro, incapaz de resistir à pressão popular, Acioli renunciou à presidência estadual e partiu com sua família para o Rio de Janeiro, deixando um filho como refém do monarquista Tomé Augusto da Mota.¹¹⁷ A relação dos monarquistas com os demais grupos oposicionistas pode ser explicada. Francisco Barbosa de Paula Pessoa e Miguel Fernandes Vieira foram membros do Partido Operário, e João Tibúrcio Albano do Partido Católico, duas agremiações políticas de curta duração, surgidas no início da república e desaparecidas frente ao poder da facção que se tornaria o Partido Republicano Conservador de Acioli.¹¹⁸

Um texto anônimo escrito por alguém que parece ter feito parte da coalizão, e contrariado com a preeminência dos monarquistas, alegou que, com a queda de Acioli e subsequente eleição de Franco Rabelo, “apareceram os Paula Pessoa, monarquistas ambiciosos e egoístas, que até então se conservaram retraídos, a reclamar lugar principal entre

115 Uma filha do monarquista Francisco Barbosa de Paula Pessoa, Odele de Paula Pessoa (1897-1928), ganhou notoriedade ao se manter impávida durante o ataque policial à passeata, segurando a bandeira da Liga Feminista (favorável a Franco Rabelo) em meio à violência. Cf. TEÓFILO, Rodolfo. **Libertação do Ceará**. Lisboa: Typographia A Editora Limitada, 1914. p. 112.

116 DELLA CAVA, 1970, p. 133.

117 TEÓFILO, 1914, p. 167.

118 LIBERTADOR, Fortaleza, anno 10, n. 210, p. 1, 16 set. 1890; O ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, anno 1, n. 153, p. 3, 13 fev. 1891. O liberto Vitorino Gomes de Oliveira (c.1844-1910) foi um dos diretores do Partido Operário. Na campanha abolicionista, ele atuara como um dos procuradores e, depois, como vice-presidente do Clube dos Libertos, associação composta por ex-escravos. Cf. CLUB dos libertos. **Gazeta do Norte**, Fortaleza, anno 2, n. 120, p. 3, 1 jun. 1882.; LIBERTADOR, Fortaleza, p. 2, 13 mai. 1884; PARTIDO Operário. **Cearense**, Fortaleza, anno 44, n. 194, p. 2, 30 ago. 1890.

os vencedores”.¹¹⁹ Ele se refere a Francisco Barbosa, “um dos chefes do partido monarquista no Ceará” e a seu primo, Francisco de Paula Rodrigues (1863-1953), “atual chefe improvisado da política cearense”.¹²⁰ O alcance dos monarquistas pôde ser percebido em outras funções, como na nomeação de Idelfonso de Abreu Albano, sobrinho de João Tibúrcio Albano, para intendente (prefeito) de Fortaleza, e da reintegração de Licínio ao cargo de primeiro oficial na Secretaria do Interior e da Justiça, com o salário que recebia em 1892 (2.200.000 reais por ano).¹²¹ Pouco antes, Licínio e João Tibúrcio haviam sido nomeados mordomo e tesoureiro da Santa Casa, respectivamente (e seriam reconduzidos no ano seguinte), restaurando a posição social que o primeiro uma vez tivera.¹²²

O ápice ocorreu em 16 de novembro de 1912, quando Licínio assumiu provisoriamente o cargo de diretor geral da Secretaria e se tornou Secretário do Interior e da Justiça interino por alguns meses.¹²³ Em 18 de outubro de 1913, foi escolhido para desempenhar definitivamente a posição de diretor geral.¹²⁴ O prestígio dos monarquistas era elevado a ponto de inaugurarem uma estátua em homenagem a Dom Pedro II no centro de Fortaleza, tendo angariado contribuição financeira de particulares por todo o estado, sem

119 O IMPARCIAL. Rio de Janeiro, p. 3 maio 1913.

120 O IMPARCIAL...1913, p. 3; JORNAL DO CEARÁ. Fortaleza, p. 2, 21 ago. 1907.

121 ATO de 2 de julho de 1912. Fundo Atos da Secretária do Interior, livro de atos, jan.-set. 1912, nº 372, pacote 3. (Arquivo Intermediário do Estado do Ceará, Fortaleza). 1912.

122 Nomeados por ato de 2 de março de 1912 (106/406). Cf. SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FORTALEZA (CE). **Livro de atas (1908-1917)**, Fortaleza, n. 10, p. 101-102, 164-165, [19--].

123 ATO de 16 de novembro de 1912. Fundo Atos da Secretária do Interior, livro de atos, out.-dez. 1912, pacote 4. (Arquivo Intermediário do Estado do Ceará, Fortaleza). 1912. Permaneceu como Secretário do Interior e da Justiça até 6 de março de 1913. Cf. LIVRO DE ATOS. Fundo Atos da Secretária do Interior, jan.-dez. 1913, pacote 4, (Arquivo Intermediário do Estado do Ceará, Fortaleza). 1913.

124 FOLHA DO POVO..., p. 705, 1913. Em 1913, a hierarquia administrativa do governo estadual era a seguinte, da mais alta função para a menor: presidente do estado, secretário (do Interior, Justiça ou Fazenda), diretor geral, diretor de seção (havia duas seções na Secretaria do Interior), primeiro oficial (dois), segundo oficial (dois), e amanuense (quatro). O salário anual de amanuense era de 1.800.000 de reais (um conto e oitocentos mil réis, como se falava) e o de um diretor geral era de 4 milhões de reais (ou quatro contos de réis). O de secretário era o dobro deste último. Um servente nesta secretaria tinha o salário anual de 1.277.500 reais. Cf. FOLHA DO POVO. Fortaleza, p. 690, 23 out. 1913. Parte Oficial. A desvalorização da moeda devido à alta inflação desde o Encilhamento (1889-1891) é uma das razões para os valores mais elevados em comparação com a década de 1880.

necessitarem de dinheiro público. A inauguração em 7 de setembro de 1913 teve a presença de Franco Rabelo, do intendente e das demais autoridades, além de milhares de pessoas “de todas as classes sociais”.¹²⁵

A vitória da coalizão oposicionista atraiu a adesão de muitos chefes políticos até então leais a Acioli, e Franco Rabelo os aceitou em sua base de apoio, sem os quais não conseguiria governar. Satisfazer tanto o idealismo de alguns membros da antiga coalizão oposicionista quanto os interesses dos chefes políticos locais se revelou desafiador, como pode ser desprendido da correspondência entre Licínio e o padre Eduardo Nabuco de Araripe (1880-1946), vigário em Aquiraz e outrora apoiador de Acioli. Araripe criticou Antônio Bezerra de Menezes (1841-1921), antigo abolicionista e agora defensor dos índios da vila de Guarani (atual Pacajus) em sua demanda por reaver terras espoliadas. Para Araripe, Bezerra “poderá estar alimentando de alguma esperança os [índios] que já se tinham da conta de desesperançados, por isto peço-lhe encarecidamente de calar a este nosso correligionário”.¹²⁶ Também suplicou por engajamento para as eleições vindouras, tanto para sua candidatura quanto a de outros aliados: “Não durma, trabalhe aí na capital e faça o [Francisco de] Paula [Rodrigues] trabalhar. Olhe! Que isto é uma questão de honra para nós todos! Vamos derrotar de vez estes [indecifrável].”¹²⁷ Os pedidos não cessavam: “Espero que o meu bom amigo não se esqueça de trabalhar para a aquisição do mobiliário das escolas desta vila, que por falta dele quase que não podem funcionar”.¹²⁸

O padre Araripe era apenas um entre dezenas, talvez centenas, de indivíduos cujos interesses deviam ser atendidos, sendo obstáculos consideráveis para o projeto reformista do governo estadual (e dos monarquistas), que se fosse realizado, solaparia o poder dos chefes políticos locais tradicionais. A respeito de Franco Rabelo, o historiador José Parsifal Barroso alega que “afora a inauguração da luz elétrica em

125 O IMPERADOR..., [1914], p. XXV-XXVI.

126 ARARIPE, Eduardo Nabuco de. [Correspondência]. Destinatário: Licínio Nunes de Melo. [S.]: c. nov. 1912. (Arquivo pessoal de Licínio Nunes de Miranda). Carta 3 de 4. Não se sabe qual foi a resposta de Licínio.

127 ARARIPE, Eduardo Nabuco de. [Correspondência]. Destinatário: Licínio Nunes de Melo. [S.]: 20 nov. 1912. (Arquivo pessoal de Licínio Nunes de Miranda). Carta 4 de 4.

128 ARARIPE, nov. 1912.

Fortaleza, verificada em 1913, não há em sua administração, fato de maior importância e ponderabilidade do que esse, embora nada se pudesse arguir contra sua probidade pessoal.”¹²⁹ Essa asserção não é correta, pois falha em reconhecer o empenho de Franco Rabelo e as medidas concretas para modernizar o Ceará. O governo estadual reprimiu os bandos de criminosos que aterrorizavam o interior. Um jornal do Rio de Janeiro comentou: “A campanha movida [...] contra o banditismo tem sido coroada de êxito completo. Já foram capturadas e recolhidas às prisões do interior do Estado mais de 200 facínoras [...] Na zona do Cariri, onde a ação do governo era apenas nominal, está restabelecido o regime da lei e da justiça.”¹³⁰

Franco Rabelo estabeleceu duas comissões para elaboração de projetos de lei. Uma, da qual Francisco Barbosa era membro, reformularia o sistema judiciário para proteger a propriedade privada e garantir os direitos individuais, sempre ameaçados pela truculência dos coronéis. A outra, da qual Licínio fazia parte, reformaria o processo eleitoral com o intuito de eliminar fraudes.¹³¹ Além disso, em mensagem à assembleia estadual, Franco Rabelo prometeu que um dos próximos objetivos seria a reforma e expansão do ensino público primário, além de maior autonomia municipal, reforma tributária e controle dos gastos públicos.¹³² A presença de elementos essenciais da plataforma política dos monarquistas é visível, ainda mais levando em conta que o presidente estadual mencionou explicitamente a influência da Associação Comercial, que servia de refúgio monarquista.¹³³

A reação dos coronéis foi quase imediata. No sul do Ceará, o padre Cícero Romão Batista, chefe político de Juazeiro (Juazeiro do Norte) já excomungado pela Igreja Católica e que mantinha a população local ignorante e supersticiosa, iniciou uma rebelião armada contra o governo estadual, recebendo a adesão de outras lideranças políticas. O poder da oligarquia se baseava em três elementos, como mencionado em outra ocasião: na alta taxa de analfabetismo da população, que a impedia de

129 BARROSO, 1984, p. 69.

130 O PAIZ. Rio de Janeiro, p. 5, 8 mar. 1913.

131 FOLHA DO POVO. Fortaleza, 9 nov. 1913, p. 9-12. Parte Oficial.

132 FOLHA DO POVO..., 1913, p. 14, 21-14, 34-35.

133 FOLHA DO POVO..., 1913, p. 24, 26-27.

votar, tornando-a dependente dos coronéis; nas fraudes eleitorais para se perpetuarem; e no emprego de criminosos (capangas, jagunços e cangaceiros) para intimidarem o povo e atacarem opositores. A atuação do governo era uma ameaça clara. A Sedição de Juazeiro, como ficou conhecida a rebelião do padre Cícero, na realidade foi um movimento reacionário. Ela perdurou de 9 de dezembro de 1913 até 16 de março de 1914, quando Franco Rabelo foi forçado a renunciar. O envio de tropas policiais foi incapaz de deter o avanço dos jagunços de padre Cícero e de outros coronéis, que durante a marcha extorquiram pessoas e saquearam propriedades (inclusive o sítio Jucurutuoca, pertencente a Licínio) em diversos municípios.¹³⁴

Conclusão

A derrota na guerra civil local significou o fim do movimento monarquista cearense, cujos membros se abstiveram de envolvimento em política a partir de então.¹³⁵ Também representou o fim de um projeto conservador reformista, descentralizador e modernizante. Os partidários de Acioli retomaram o poder e reestabeleceram o sistema político que predominava antes do governo de Franco Rabelo. Em 1922, inspetores escolares enviados a Juazeiro para incluir o município num programa estadual de ensino público foram repelidos repetidas vezes pelo padre Cícero. Quando finalmente tiveram acesso ao local, encontraram “os seguidores doentes e ignorantes” do clérigo.¹³⁶ Mudanças políticas, sociais e econômicas significativas somente ocorreriam por iniciativa do governo federal, e apenas após a Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, cujo projeto tinha características fundamentalmente distintas da plataforma monarquista, sendo estatizante, centralizador e autoritário. Em comum, somente o apelo à modernização do Estado e ao

134 INTERVENÇÃO nos Estados: Ceará, 1912-1914. Rio de Janeiro: Typ. Do “Jornal do Commercio”, 1917. p. 138-139.

135 Não há continuidade pessoal ou ideológica entre o movimento monarquista original e a Ação Imperial Patrianovista Brasileira, agremiação monarquista surgida no Brasil em 1928, e influenciada pela ideologia corporativista.

136 DÁVILA, Jerry. **Diploma of Whiteness: Race and Social Policy in Brazil, 1917-1945**. Durham: Duke University Press, 2003. p. 30-31.

desenvolvimento da sociedade brasileira. Entretanto, os meios para atingir tal fim eram diferentes.

A derrota de 1914 foi menos prejudicial para Licínio do que a anterior de 1892. Provavelmente compreendendo que sua permanência no governo era insustentável, requisitou a aposentadoria. Ela lhe foi concedida por seu parente Gustavo Barroso, recém-nomeado Secretário do Interior por interferência do governo federal.¹³⁷ Licínio passou os últimos anos de vida distante da política, voltando os seus interesses para a publicação de documentos históricos raros em jornais do Ceará. Havia anos que compilava registros antigos relacionados à história cearense, reunindo-os numa coleção iniciada por seu pai. Seu esforço para publicizar fatos históricos de sua terra natal foi reconhecido. O Barão de Studart elogiou o “trabalho porfioso, consciente e patriótico de uma dúzia de cearenses notáveis”, dentre os quais ele fora incluído.¹³⁸ Também foi considerado por Studart como um dos oito nomes que compunham “a plêiade de Cearenses, que tanto hão concorrido para os estudos da história do torrão natal”.¹³⁹ Contudo, não foi convidado para integrar o Instituto do Ceará, associação composta pelos principais intelectuais do estado, inclusive historiadores. Faleceu em 8 de março de 1924, sendo enterrado no cemitério São João Batista.¹⁴⁰

Este artigo tinha por escopo demonstrar o papel essencial que os monarquistas representaram para a queda de Acioli em 1912. Ademais, foi evidenciado que eram motivados por uma ideologia específica e que elaboraram uma plataforma política na qual se propunham a modernizar o Ceará. Entre seus objetivos, além da restauração da monarquia, desejavam

137 DIÁRIO OFICIAL. Fortaleza, anno 1, n. 28, p. 2, 20 out. 1914.; DIÁRIO OFICIAL. Fortaleza, anno 1, n. 37, p. 1, 3 nov. 1914. Recebeu a aposentadoria anual de 5.333.332 reais. Cf. DIÁRIO OFICIAL. Fortaleza, anno 1, n. 38, p. 1, 4 nov. 1914. Gustavo Dodt Barroso (1888-1957), mais tarde membro da Academia Brasileira de Letras e fundador do Museu Histórico Nacional, era filho de Antônio Felino Barroso (1847-1949), primo de Licínio (as mães de ambos eram irmãs).

138 STUDART, Guilherme Chambly. **Commemorando o tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará, 1603-1903**. Fortaleza: Typ. Miverva, 1903. p. 257.

139 STUDART, Guilherme Chambly. **Datas e fatos para a história do Ceará**. Ed. fac-símile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. Dedicatória.

140 FORTALEZA (CE). Cartório João de Deus 1º Ofício de Fortaleza. **Livro de registro de óbitos**. Registrado às fls. 156 do livro C-72, nº de ordem 527. Licínio está enterrado no 2º plano, lado norte, rua 45, nº 3.

implementar reformas para aperfeiçoar o sistema político, desenvolver a economia e proporcionar melhorias significativas para a população local. Como foi demonstrado, não foram capazes de tornar realidade as suas intenções, mas tomaram medidas concretas para esse fim. Se espera que a redescoberta de um movimento político com atuação impactante nos anos iniciais da república, e até então ignorado por estudiosos, sirva para incentivar novas análises sobre a história política cearense, particularmente em outros momentos cruciais como a independência, guerra do Paraguai e abolição da escravidão.

O estudo de grupos políticos, sociais e econômicos deve ser acompanhado pela análise de atuações individuais, como foi feito aqui. O historiador Darrell E. Levi afirmou que “[c]lasses são compostas de pessoas reais [...] que agem às vezes de maneiras humanas aparentemente contraditórias, que perseguem papéis públicos e agendas privadas nem sempre mutuamente consistentes”.¹⁴¹ E conclui que “são motivadas não apenas por acumulação econômica, mas também pela aceitação ou rejeição do jogo político predominante [...] e da necessidade por uma identidade individual e propósito.”¹⁴² Licínio, como os demais monarquistas mencionados nominalmente neste estudo, pertenciam à elite cearense. De acordo com o entendimento prevalente na historiografia, teria sido uma classe social que explorava as demais camadas da sociedade, sendo movida por interesses individualistas e mesquinhos. Entretanto, como revelado, tal análise se revela falha, por generalizar e ignorar indivíduos e suas motivações pessoais, como experiências pretéritas e valores morais. O movimento monarquista, ainda que fracassado e desaparecido, permite observar o passado sob uma nova perspectiva.

141 LEVI, Darrell E. **The Prados of São Paulo, Brazil: An Elite Family and Social Change, 1840-1930.** Athens: The University of Georgia Press, 1987. p. 188.

142 Ibid.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROSO, Gustavo. **Cinza do tempo**. Rio de Janeiro: A Noite, [1951].
- BARROSO, Gustavo. **À margem da história do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.
- BARROSO, Gustavo. **Memórias: coração de menino**. 3. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 2000. v. 1.
- BARROSO, Gustavo. **Terra de Sol**. 8. ed. Fortaleza: ABC Editora, 2006.
- BARROSO, José Parsifal Barroso. **Uma história da política do Ceará: 1889-1954**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1984.
- BRAGANÇA, Luís de Orleães e. Manifesto de Cannes (1909). In: TORRES, João Camilo de Oliveira. **Interpretação da realidade brasileira: introdução à história das ideias políticas no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017.
- CAMARA, João. **Almanach: Administrativo, estatístico, mercantil, industrial e litterario do Estado do Ceará para o anno de 1898**. Fortaleza: Typ. Universal, 1898.
- CHANDLER, Billy Jaynes. **The Feitosas and the Sertão dos Inhamuns: The History of a Family and a Community in Northeast Brazil, 1700-1930**. Gainesville: University of Florida Press, 1972.
- CONGRESSO NACIONAL. **Annaes da Camara dos Deputados: segunda sessão da terceira legislatura**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. v. 5.
- DÁVILA, Jerry. **Diploma of Whiteness: Race and Social Policy in Brazil, 1917-1945**. Durham: Duke University Press, 2003.
- DELLA CAVA, Ralph. **Miracle at Joaseiro**. New York: Columbia University Press, 1970.
- FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. 7. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.
- FONSECA, Antônio José Vitoriano Borges da. Nobiliarchia pernambucana. **Annaes da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 48, p. 5-488, 1926.
- GALVÃO FILHO, Francisco. **Do coronelismo ao Caldeirão**. Fortaleza: ABC Editora, 2006.
- GINZBURG, Carlo. **Threads and traces: True false fictive**. Tradução: Anne C. Tedeschi e John Tedeschi. Berkeley. University of California Press, 2012.
- GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza: Editora Instituto

do Ceará, 1962.

GIRÃO, Raimundo. **Abolição no Ceará**. 3. ed. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

INTERVENÇÃO nos Estados: Ceará, 1912-1914. Rio de Janeiro: Typ. Do “Jornal do Commercio”, 1917.

LEVI, Darrell E. **The Prados of São Paulo, Brazil: An Elite Family and Social Change, 1840-1930**. Athens: The University of Georgia Press, 1987.

LEVINE, Robert M. **Vale of Tears: Revisiting the Canudos Massacre in Northeastern Brazil, 1893-1897**. Berkeley: University of California Press, 1992.

LOVE, Joseph L. **Rio Grande do Sul and Brazilian Regionalism, 1882-1930**. Stanford: Stanford University Press, 1971.

MALATIAN, Teresa. **Dom Luís de Orléans e Bragança: peregrino de impérios**. São Paulo: Alameda, 2010.

MONTENEGRO, Abelardo F. **Os partidos políticos do Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

MUGGE, Miqueias H. Antes do mito: soldados-cidadãos da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul (1850-1873). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 34, n. 64, p. 123-164, jan./abr. 2018.

NEEDELL, Jeffrey D. **A Tropical Belle Epoque: Elite Culture and Society in Turn-of-the-Century Rio de Janeiro**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

PESSOA, José Getúlio da. **O olygarcha do Ceará: a chronica de um despota**. Rio de Janeiro: Typographia “Jornal do Commercio” de Rodrigues & C., 1910.

O IMPERADOR e os cearenses: apontamentos para a história do monumento de D. Pedro II, colligidos e publicados pela Comissão Executiva. Fortaleza: A. C. Mendes, [1914].

RACHUN, Ilan. **The Dismantling of Brazil's Old Republic: Early Twentieth Century change, Intergenerational cleavages, and the October 1930 Revolution**. Lanham: University Press of America, 2016.

SANTOS, Martha S. **Cleansing Honor with Blood: Masculinity, Violence, and Power in the Backlands of Northeast Brazil, 1845-1889**. Stanford: Stanford University Press, 2012.

SOARES, Martins. **O Babaquara: subsídios para a história da oligarchia do Ceará**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1912.

SOUZA, Eusébio de. **História Militar do Ceará**. [S.l.; s.n.], [1950].

SOUSA, Simone de (org.). **Uma nova história do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

STUDART, Guilherme Chambly. **Commemorando o tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará, 1603-1903**. Fortaleza: Typ. Miverva, 1903.

STUDART, Guilherme Chambly. **Diccionario bio-bibliographico cearense**. Fortaleza: Typo-Lithographia a Vapor, 1910. v. 1.

STUDART, Guilherme Chambly. **Diccionario bio-bibliographico cearense**. Fortaleza: Typo-Lithographia a Vapor, 1913. v. 2.

STUDART, Guilherme Chambly. **Diccionario bio-bibliographico cearense**. Fortaleza: Typographia Minerva de Assis Bezerra, 1915. v. 3.

STUDART, Guilherme Chambly. **Datas e fatos para a história do Ceará**. Ed. fac-símile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. p. 5.

TEÓFILO, Rodolfo. **Libertação do Ceará**. Lisboa: Typographia A Editora Limitada, 1914.
